
A psicanálise como uma pseudociência: respondendo a objeções ao seu status pseudocientífico

Psychoanalysis as a pseudoscience: responding to objections to its pseudoscientific status

Psicoanálisis como pseudociencia: respondiendo a objeciones a su estatus pseudocientífico

Clarice de Medeiros Chaves Ferreira



[ORCID](#) - [Lattes](#)

Vitor Douglas de Andrade - [ORCID](#) - [Lattes](#)

RESUMO:

Em contribuição à discussão sobre o problema da demarcação aplicado às abordagens da psicologia, Ferreira publicou um artigo sobre o status científico da psicanálise que a classificou como uma pseudociência. Oliveira escreveu um artigo em resposta ao Ferreira, alegando que, embora a psicanálise não seja uma ciência, é incorreto enquadrá-la como uma pseudociência. Defenderemos que os contra-argumentos de Oliveira não são adequados, e não respondem às críticas de Ferreira. Para cumprir nosso objetivo, dividimos o desenvolvimento deste artigo em dez pontos diferentes a serem respondidos, todos presentes na argumentação de Oliveira e que também podem ser facilmente utilizados por outros entusiastas da psicanálise. Esses pontos incluem discussões sobre a testabilidade e a metodologia das ciências naturais como critérios de demarcação, a dependência de critérios Popperianos para avaliar cientificidade da psicanálise, o impacto de teorias do significado para a demarcação de Hansson, a relevância de os proponentes da psicanálise declararem que a mesma é científica para a demarcação, entre outros. Os problemas nos argumentos de Oliveira podem ser divididos em dois grupos principais: (1) na forma como representa a teoria demarcacionista adotada por Ferreira; e (2) pela desconsideração de questionamentos e críticas metateóricas, que são, na realidade, o mais central para todo o debate. Pensamos que Oliveira não obteve sucesso em suas objeções ao Ferreira.

Desse modo, ainda há boas razões para considerar a psicanálise uma pseudociência.

Palavras-chave: pseudociência, psicanálise, ciência, metodologia, filosofia

ABSTRACT:

In a contribution to the discussion on the problem of demarcation applied to psychology's schools of thought, Ferreira published an article on the scientific status of psychoanalysis, which classified it as a pseudoscience. Oliveira wrote a reply to Ferreira, claiming that even though psychoanalysis is not a science, it is incorrect to classify it as a pseudoscience. In this paper we will argue that Oliveira's counter-arguments are not appropriate, and do not correspond to Ferreira's criticisms. To fulfill our objective, we divided this article into ten different items to be answered, all present in Oliveira's arguments and which can also be easily used by other psychoanalysis' enthusiasts. These items include discussions about using testability and the methodology of the natural sciences as demarcation criteria, the reliance on Popper's criterion for assessing the scientific status of psychoanalysis, the impact of theories of meaning on Hansson's demarcation, the relevance of psychoanalysis' proponents declaring that it is scientific, and more. The problems in Oliveira's arguments can be divided into two main groups: (1) by the way he represents the demarcationist theory adopted by Ferreira; and (2) by disregarding meta-theoretical questioning and criticism, which is, in fact, central to the whole debate. We believe that Oliveira was not successful in his objections to Ferreira. That means there is still good reason to consider psychoanalysis a pseudoscience.

Keywords: pseudoscience, psychoanalysis, science, methodology, philosophy

RESUMEN:

En una contribución a la discusión sobre el problema de la demarcación aplicado a los enfoques de la psicología, Ferreira ha publicado un artículo sobre el status científico del psicoanálisis que lo clasificó como una pseudociencia. Oliveira escribió un artículo en respuesta a Ferreira, alegando que el psicoanálisis no es una ciencia, pero que es incorrecto encuadrarlo como una pseudociencia. Defenderemos que los contraargumentos de Oliveira no son adecuados y no responden a las

críticas de Ferreira. Para cumplir nuestro objetivo, dividimos el desarrollo de este artículo en diez puntos distintos que serán respondidos, todos presentes en la argumentación de Oliveira y que también pueden ser fácilmente utilizados por otros entusiastas del psicoanálisis. Estos puntos incluyen discusiones sobre la testabilidad y la metodología de las ciencias naturales como criterios de demarcación, la dependencia de Popper para evaluar la cientificidad del psicoanálisis, el impacto de las teorías del significado para la demarcación de Hansson, la relevancia de los defensores del psicoanálisis que declaran que es científico, entre otros. Los problemas en los argumentos de Oliveira se pueden dividir en dos grupos principales: (1) en la forma en que representa la teoría demarcacionista adoptada por Ferreira; y (2) la desconsideración de los cuestionamientos y críticas metateóricas, lo más central de todo el debate. Pensamos que Oliveira no tuvo éxito en sus objeciones a Ferreira. Así que aún tenemos buenas razones para considerar el psicoanálisis una pseudociencia.

Palabras clave: pseudociencia, psicoanálisis, ciencia, metodología, filosofía

Como citar: Ferreira CMC, Andrade VD. A psicanálise como uma pseudociência: respondendo a objeções ao seu status pseudocientífico. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro. 2022;12:1-33.

<https://doi.org/10.25118/2763-9037.2022.v12.409>

Conflicto de intereses: Os autores são membros da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências ([ABPBE](#)), que representa um movimento que vem realizando críticas a algumas abordagens teóricas e terapêuticas da Psicologia, incluindo a psicanálise. Esse movimento envolve o ideal da adoção de crenças e atitudes com base nas melhores evidências disponíveis, independentemente das preferências pessoais do profissional ou pesquisador.

Fonte de financiamento: declaram não haver

Parecer CEP: não se aplica

Recebido em: 17/09/2022

Aprovado em: 21/11/2022

Publicado em: 11/12/2022

Introdução

Após um longo período de ausência de discussão sobre as críticas à psicanálise na literatura brasileira [1], Ferreira [2] publicou um artigo intitulado [“Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina utilizando uma lista de multicritérios”](#), que buscou realizar uma avaliação do seu status científico à luz dos avanços feitos em filosofia da ciência durante as últimas décadas. Em vez de recorrer ao obsoleto critério da falseabilidade popperiana, proposto pelo famoso crítico da psicanálise Karl Popper [3], Ferreira utilizou no referido artigo a demarcação de Sven Ove Hansson [4], que propõe um sentido ampliado de ciência e pseudociência, que nesse caso considera doutrinas que não fazem parte das ciências empíricas como passíveis de cientificidade. No caso das pseudociências, também há uma lista de multicritérios que permite a realização de uma avaliação por graus para sabermos o quão próxima tal doutrina está de ser uma pseudociência.

Oliveira [5] produziu um [artigo-resposta](#) em que buscou defender a posição de que os argumentos de Ferreira [2] possuíam limitações importantes, de modo que a conclusão de que a psicanálise é uma pseudociência não se sustentaria. No presente artigo defenderemos que as contrapropostas de Oliveira não são adequadas e não respondem à crítica em questão. Mostraremos que os problemas nos argumentos de Oliveira podem ser divididos em dois grupos principais: (1) na forma como representa a teoria demarcacionista que está sendo proposta em Ferreira, já que o artigo de Ferreira se apoia em modelos distintos daqueles que são o alvo declarado de Oliveira; e (2) pela desconsideração dos questionamentos e críticas metateóricas, que são, na realidade, o mais central para todo o debate.

Pensamos que as objeções feitas por Oliveira [5] podem facilmente ser feitas por outros simpatizantes da psicanálise. Deste modo, além de respondermos aos principais pontos das críticas de Oliveira diretamente, desmistificaremos diversos equívocos que podem ser assumidos sobre a crítica à psicanálise. Para cumprir nosso objetivo, dividimos o desenvolvimento deste artigo em 10 diferentes pontos a serem respondidos, todos presentes na argumentação de Oliveira. São os seguintes: (1) a crítica se baseia em um modelo centrado nas ciências naturais, assume um método científico unificado e certos pressupostos Popperianos; (2) a psicanálise não pode passar por investigações como as das ciências empíricas; (3) a demarcação de pseudociência no sentido ampliado se resume à testagem; (4) a teoria referencialista do significado

é pressuposta na defesa de que a psicanálise é pseudociência; (5) todas as proposições da psicanálise precisam ser testadas; (6) a psicanálise é utilizada por diversos campos do conhecimento; (7) a psicanálise não busca ser uma ciência; (8) a psicanálise muda com o tempo; (9) existem outras teorias possíveis; e, por fim, (10) a psicanálise não está contrária à ciência.

1) A crítica se baseia em um modelo centrado nas ciências naturais, assume um método científico unificado e pressupostos Popperianos

Esse primeiro ponto é uma junção de três afirmações que, apesar de serem distintas, podem ser respondidas em uma mesma seção. Começaremos discutindo sobre o que é relativo à concepção de Oliveira sobre o papel das ciências naturais. Oliveira [5] passa a impressão de que está tentando argumentar contra um crítico que considera que apenas as ciências naturais estão dentro da categoria "ciência". Isso acontece quando ele diz, por exemplo:

"Essa compreensão projeta a psicanálise para um saber cuja base epistêmica não se assenta **no modelo metodológico das ciências duras, (...). Com isso, as exigências que a crítica de Ferreira CMC faz não se aplicam à psicanálise** como não se aplicam a outras formas de conhecimento que são respaldadas pelos efeitos performáticos nas singularidades dos indivíduos e **não por um quociente padrão, responsável por produzir um ordenamento biológico e, portanto, metrificável**" [5] (p. 4, grifos nossos).

Oliveira [5] inclusive afirma dividir seu artigo em duas seções: a primeira teria por objetivo argumentar sobre as "lacunas, que consideramos centrais, no artigo de Ferreira CMC e que se referem à sua concepção **tradicional** de ciência" [5] (p. 4, grifo nosso); e a segunda seção, que sustentaria que "a validade do conhecimento psicanalítico não se encontra nas bases epistemológicas das **ciências da natureza ou das ciências duras**" [5] (p. 4, grifo nosso). Oliveira também afirma que o coração do artigo de Ferreira [2] pressupõe que "o critério de validade da ciência é uniforme e está subordinado ao teste empírico" [5] (p. 4). Defenderemos que essas colocações partem de visão equivocada sobre o modelo demarcacionista assumido em Ferreira.

Dadas as limitações graves da proposta de demarcação Popperiana, algumas delas já exemplificadas por Newton-Smith [6], não podemos mais considerá-la uma resolução adequada para o problema da demarcação. Isso foi, inclusive, deixado explícito no artigo original [2] (p. 5). Apesar disso, Oliveira [5] afirma que

A psicanálise como uma pseudociência

"(...) a filosofia de **Popper** já não oferece critérios suficientes para uma demarcação do que seria propriamente a atividade científica, mas que **a sua filosofia, segundo ela [Ferreira CMC], ainda se mostra em algum sentido insubstituível**. Por essa razão, ela recorre ao filósofo Sven Ove Hansson" [5] (p. 6, grifos nossos).

Além disso, Oliveira [5] também diz que:

"Ou seja, a falta de complexidade com relação à própria noção de certeza e em relação às diversas bases epistêmicas sobre as quais se assentam os conhecimentos humanos, leva **Ferreira CMC a afirmar apenas aquilo que é seu espelho, a saber, um modelo epistemológico de matriz popperiano**" [5] (p. 4, grifos nossos)

Na realidade, isso em nenhum momento foi defendido por Ferreira no artigo em questão [2], nem em outros trabalhos do mesmo autor. A posição de Ferreira é que a demarcação de Popper deve ser abandonada, e não é dito, em absolutamente nenhum momento, que a mesma é insubstituível. Uma demarcação no sentido ampliado e multicriterial foi adotada exatamente por se considerar que as críticas já existentes sobre a proposta de Popper são suficientemente embasadas para abandoná-la. Também, a de Hansson se mostra a mais promissora, ao contornar as falhas de outras demarcações anteriores e ainda assim cumprir seu papel de demarcar a ciência, pseudociência e não-ciência. De nenhum modo isso implica uma continuação da demarcação Popperiana.

Um dos grandes diferenciais de uma proposta de demarcação no sentido ampliado (como a utilizada no artigo de Ferreira) é exatamente a quebra com a noção de que apenas disciplinas chamadas de "naturais", como a química, física e biologia, seriam capazes de produzir ciência. Como já havia sido dito em Ferreira [2]:

É recorrente a consideração de que a ciência diz respeito apenas às ciências da natureza, excluindo assim a linguística, matemática, filosofia, história e as humanidades da categoria. Entretanto, como aponta Hansson [7], **essa não é uma perspectiva adequada**, pois tanto as ciências no sentido tradicional do termo quanto também as humanidades buscam fornecer as afirmações mais confiáveis sobre seus respectivos objetos de estudos [2] (p. 6, grifos nossos).

Esse pressuposto da teoria demarcacionista assumida em Ferreira [2], que considera que as produções feitas nas humanidades também podem ser científicas (dado o nível de qualidade e rigorosidade adequados), entra em choque direto com o tipo de crítica feito por Oliveira [5] ao longo de todo

o seu artigo-resposta. Não há, em nenhum momento, uma “concepção tradicional de ciência” sendo assumida, como Oliveira [5] (p. 4) tenta indicar.

Ocorre que, como foi demonstrado em Ferreira [2], mesmo ao assumirmos uma perspectiva de ciência e pseudociência no sentido ampliado, ainda podemos considerar a psicanálise como uma pseudociência; na realidade, ela é um exemplo paradigmático, por cair em todos os oito critérios de demarcação de pseudociências. Essa conclusão não deriva de ela não seguir alguma “concepção tradicional de ciência”, mas sim de suas falhas teóricas. Tais falhas podem estar presentes seja em doutrinas das ciências naturais, seja nas humanidades.

A tese de que há um método científico unificado e subordinado ao teste empírico também é falsa. Não é nem mesmo necessário assumir que exista um único método científico experimental, coisa que Ferreira também não defendeu que exista. O importante é buscar os melhores métodos de investigação para os diversos objetos de estudo da ciência; assim como temos objetos diversos, também teremos maneiras distintas de investigação, e nem sempre a experimentação será adequada.

Vale dizer que toda essa discussão vem à tona, em parte, porque Oliveira [5] defende que a psicanálise pode ser melhor compreendida como fazendo parte do campo da filosofia ao invés da psicologia. Assim, as exigências de investigação por metodologias empíricas não valeriam para o caso da psicanálise. Mas será que essa visão realmente se segue? Para discutir sobre a disciplina a qual a psicanálise pertence, vale lembrar sobre a distinção entre doutrinas e disciplinas, que já havia sido explicitada em Ferreira [2] (p. 8):

Hansson tenta diferenciar disciplinas de doutrinas. Nem toda doutrina é pseudocientífica, mas toda pseudociência seria uma doutrina. Ele define uma **doutrina** a partir do dicionário de inglês de Oxford, sendo 'um **conjunto de afirmações que é ensinado ou colocado como sendo verdadeiro em relação a um assunto em particular ou um departamento de conhecimento**' (p. 49). Em uma doutrina, metodologias e afirmações são pré-assumidas, e sem elas, não há mais doutrina. (...) Isso é diferente de uma **disciplina**: em disciplinas, não existem metodologias ou afirmações pré-assumidas. Disciplinas se referem a um **campo de estudos** [2] (p. 8, grifos nossos).

Deste modo, quando dizemos que disciplinas são campos de estudos, podemos colocar como exemplos a física, economia, história, psicologia,

filosofia, matemática, biologia, linguística e outras mais como exemplares. Já que Oliveira [5] tenta defender que a psicanálise seria uma “filosofia do desejo” (p. 4), vamos utilizá-la como exemplo. Podemos considerar que a filosofia é o campo que tem, entre seus objetos de estudos centrais, certos conceitos que estão presentes nas ciências e no cotidiano [7]. Por outro lado, a psicologia é o campo de estudos que tem como objeto de investigação o comportamento e a mente [8]. De forma similar a outras disciplinas, nem a filosofia nem a psicologia seriam ciências — tampouco pseudociências. Na verdade, elas seriam apenas campos que buscam investigar um determinado objeto de estudos que os caracteriza. Entretanto, apesar de não serem científicas ou pseudocientíficas elas mesmas, podem conter doutrinas que são uma coisa ou outra. Avaliamos se uma doutrina pertence a uma determinada disciplina quando observamos qual é o seu objeto de estudos.

No caso da psicanálise, ela é uma doutrina que faz afirmações acerca do funcionamento mental e comportamental humano. Essas afirmações postulam um aparelho psíquico (contendo o inconsciente psicodinâmico) que, de acordo com o que é assumido em psicanálise, influencia nossos comportamentos, sentimentos, pensamentos, e os conflitos emocionais que experienciamos [9]. A psicanálise propõe tratamentos psicoterapêuticos e métodos de investigação sobre o funcionamento do inconsciente humano [9], chamado de inconsciente psicodinâmico.

Diante desses fatores, parece irrecusável a ideia de que a psicanálise realiza parte relevante de suas afirmações teóricas e intervenções no campo da psicologia. Isso ocorre porque os objetos de estudos da psicologia como disciplina, incluindo a mente e o comportamento humano, são também objetos da psicanálise. Ainda pode ser o caso que algumas afirmações da psicanálise estejam no âmbito da filosofia, por exemplo, quando nela se tenta caracterizar o que é mente. Porém, quando a psicanálise está sendo proposta como uma intervenção psicoterápica ou quando afirma coisas sobre o comportamento ou o funcionamento da mente humana, ela faz afirmações no âmbito da psicologia. Ela pode até mesmo se apoiar em conhecimento filosófico para desenvolver ou refinar certos aspectos teóricos quando versa sobre essas questões, assim como fazem muitas outras abordagens da psicologia, graças ao trabalho interdisciplinar; pode até mesmo fazer interpretações semânticas e do significado de termos da linguagem de pacientes para fins terapêuticos ou investigativos; mas ainda faz afirmações no campo da psicologia.

O importante a não se perder de vista é que independentemente da

disciplina que a psicanálise está inserida, se ela se propõe como um método de intervenção, é fundamental saber se ela é realmente benéfica e se cumpre com seus objetivos. Se ela postula que a mente e o comportamento humano funcionam de certa maneira, precisamos saber se suas descrições são realmente adequadas. Todas essas questões são relevantes para a psicanálise: será que a terapia psicanalítica produz efeitos? Quais efeitos? Se produz, em que condições? Eventos traumáticos específicos ocorridos num passado infantil impactam a saúde mental durante a vida adulta? Existe algo como um complexo de Édipo, ou a ferida narcísica? Crianças realmente passam por uma posição esquizoparanóide, ou um estágio do espelho? Os postulados teóricos psicanalíticos sobre essas questões estão apoiados em dados empíricos obtidos por meio de casos clínicos. Eles são, inclusive, seu principal meio de apresentação de provas [10]. Entretanto, o problema é que tal forma de justificação não se constitui como boa confirmação para as suas teorias e intervenções, como foi evidenciado em Ferreira et al. [11], e como vamos complementar ao longo deste mesmo artigo.

2) A Psicanálise não pode passar por investigações como as das ciências empíricas

Oliveira [5] mostra dúvidas quanto à capacidade da psicanálise de fazer investigações empíricas de seus pressupostos no seguinte trecho:

“Para a presente empresa tomarei como hipótese que **as evidências com as quais a psicanálise opera não são do âmbito do que pode ser positivamente apresentado como um dado observacional**. A minha tese é de que a psicanálise é um saber que se estrutura de um duplo modo. Por um lado, como uma teoria social que denuncia as formas pelas quais a economia dos afetos move as ações humanas; por outro, como uma atividade clínica que serve de orientação para que as pessoas conheçam os seus desejos e as consequências de mantê-los recalcados” [5] (p. 4, grifos nossos).

O autor opta por assumir um pressuposto sobre a psicanálise que acaba se tornando central para sua argumentação, mas não demonstra que ele é verdadeiro ou, mais importante ainda, como dele se segue que os métodos da psicanálise são realmente bons métodos. Sobre a primeira questão, quais as razões que temos para assumir que a psicanálise não trabalha com nenhum pressuposto passível de observações/investigações empíricas? Outras abordagens psicoterápicas já vêm realizando investigações empíricas sobre sua eficácia e efeitos há décadas [12]. Proponentes de diferentes teorias sobre o desenvolvimento humano, psicopatologia, personalidade, cognição e comportamento vem fazendo o

mesmo para avaliar se suas teorias são adequadas [13]. Por que afinal a psicanálise, que também se propõe uma psicoterapia e um conjunto de teorias a respeito da psicologia humana, seria diferente e totalmente incapaz do mesmo?

Mesmo que nem todos os pressupostos da psicanálise sejam passíveis de estudo empírico (o que podemos admitir), o problema com a não investigação empírica deles permanece: os métodos da psicanálise não são bons métodos para fundamentar teorias ou intervenções. A principal forma de justificação pública e científica da psicanálise são os casos clínicos [10]. É com eles que Freud construiu a teoria psicanalítica, assim como outros proponentes da psicanálise constituíram e constituem suas versões teóricas até os dias atuais. Além da construção da teoria, os psicanalistas utilizam suas observações clínicas para justificar os benefícios de suas intervenções. O problema de se usar esse tipo de justificação é que diante das ferramentas de avaliação que temos hoje, casos clínicos não se configuram como boas evidências para teorias, tampouco para intervenções [11].

Sobre as intervenções, a mera percepção de melhora não implica melhora real de sua condição clínica, e isso se torna nítido quando consideramos que essa percepção pode estar sendo afetada por confundidores. Quando nos propomos a desenvolver uma teoria ou intervenção, temos uma ou mais variáveis de interesse a serem investigadas. Entretanto, elas não são as únicas existentes, e nem mesmo as únicas a afetarem nosso objeto de estudos: essas outras variáveis capazes de impactar àquelas que investigamos podem ser variáveis confundidoras. Podemos definir o conceito da seguinte maneira: um confundidor é uma variável externa, à qual sua presença afeta certas variáveis de interesse, como a melhora de um paciente, mas que podem passar despercebidas no momento de atribuímos causalidade a tal variável [14].

Podemos citar alguns exemplos de confundidores [15]: (1) curso natural da doença/transtorno, que ocorre quando uma determinada condição ou transtorno se resolve sem necessidade de qualquer tipo de intervenção, naturalmente. Nesses casos, é possível observar melhora até mesmo quando o sujeito passa por uma intervenção ineficaz [15]. (2) Regressão à média, que pode afetar principalmente quando os sujeitos atendidos procuram a intervenção em seu estado mais grave e fora do normal; existe uma tendência de retorno à sua condição mais usual, o que pode indicar uma melhora aparente mas que ocorreria mesmo na ausência de intervenção [15]. (3) Efeito Hawthorne, que ocorre quando os sujeitos que

passaram pela intervenção acabam relatando um sucesso ou melhora que não ocorreu de fato. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como uma tentativa de ser educado ao considerar as tentativas do terapeuta e receio de magoá-lo [15]. (4) Viés de memorização, que ocorre na situação em que o paciente se lembra de sua condição anterior de maneira não fidedigna, podendo considerar que estava em um estado muito pior ou muito melhor em comparação ao atual, dando estimativas enviesadas sobre o desenvolvimento ao longo do tratamento [15]. E, como último exemplo, mas não exaustivo, (5) o uso de outras intervenções concomitantemente. É possível que o sujeito busque outras alternativas diferentes daquela que está sendo avaliada, e os efeitos das mesmas impactem a percepção sobre a eficácia da intervenção investigada [15]. Desse modo, todos esses confundidores e outros mais podem anular a mera evidência anedótica de melhora a partir de um caso clínico. No caso da psicoterapia, isso significa que a melhora observada do paciente pode ter ocorrido por motivos diferentes daquele considerado pelo clínico, que atribui o sucesso à sua terapia e o interpreta erroneamente como uma boa confirmação da teoria.

A questão dos vieses cognitivos é explorada em Ferreira [2], na seção “experimentos não repetíveis” (p. 11-13). Considerando a falibilidade humana e as limitações daquilo que podemos alcançar individualmente, precisamos recorrer a ferramentas sistemáticas de obtenção de dados [16]. A nossa capacidade de raciocinar tem falhas significativas, e em diversas situações que imaginamos estar acertando, podemos estar na realidade errando [17]. É imprescindível que busquemos o controle dos nossos vieses pessoais e vieses de investigações feitas em psicologia. Sem isso, acabamos tendo condições insuficientes para controlar determinadas variáveis que podem impactar e distorcer a nossa percepção sobre o mundo para construirmos uma teoria bem justificada epistemicamente.

Além disso, as distorções cognitivas podem aumentar o risco de viés ao tentar confirmar teorias e intervenções com base nos casos clínicos. Por exemplo, é sabido que os seres humanos podem sofrer do viés do excesso de confiança – viés que ocorre quando superestimamos nossas capacidades com relação a algo. Uma situação de viés de excesso de confiança em profissionais de saúde mental foi discutida por Walfish et al. [18], em que toda uma amostra desses profissionais afirmou ser pelo menos melhor do que a média de seus colegas, o que não é plausível; afinal, como todos são melhores do que pelo menos a metade? Além disso, 25% afirmaram estar entre os 10% melhores de sua profissão. Isso apoia a ideia de que um julgamento sobre se uma intervenção pode ser atestada

como eficaz com base em casos clínicos pode não ser seguro, pois os sujeitos podem tender a julgar sua prática como melhor do que realmente é.

Considerando esses e os muitos outros vieses e confundidores existentes, o psicanalista ou psicólogo clínico não estão imunes de cair nos mesmos ao tentar confirmar a eficácia das teorias e terapias que defendem com base em suas experiências pessoais. É certo que os seres humanos em geral sofrem de tais vieses, não apenas psicanalistas. Contudo, o método de justificação da psicanálise está sujeito a um risco de viés muito maior do que, por exemplo, ensaios clínicos randomizados. Algumas maneiras de realizar esses controles de confundidores são a randomização dos participantes em grupos, pois permite a comparação entre grupos provavelmente semelhantes diante de variáveis diferentes [14]; a restrição, ou seja, a seleção de grupos com características específicas semelhantes, como sexo, idade ou outras de modo a controlar a influência das mesmas [14]; e também ferramentas estatísticas, que podem ser aplicadas após a coleta dos dados para controlar essas variáveis confundidoras, no caso em que informações sobre as mesmas foram colhidas [14]. Além da superioridade de ensaios clínicos randomizados em relação a outros delineamentos similares ao de caso clínico para o controle de confundidores, eles também permitem tentativas de replicação dos achados mais robustas [19]. Com esses controles, a base de comparação sobre a eficácia de uma intervenção não vai dizer respeito apenas ao caso clínico daquele sujeito, mas sim de uma amostra passível de replicação e que controla os efeitos de outras variáveis externas.

Outro problema na fundamentação de teorias e intervenções com base em casos clínicos é o tamanho amostral a partir do qual o psicanalista extrai suas conclusões. Dada a quantidade de casos analisados e de forma não controlada, não há garantia alguma que as conclusões obtidas pelos casos clínicos possam ser generalizadas ao ponto de fundamentar uma teoria sobre a mente e o comportamento humano ou sobre a eficácia de uma intervenção. Isso é fruto da quantidade limitada de casos analisados em comparação com o que se poderia obter se considerasse uma amostra mais volumosa e representativa. As chances dos dados obtidos estarem enviesados sem essa representatividade na amostra são muito maiores [16]. E no caso de intervenções, ainda é fundamental que se tenha uma separação de grupo experimental e grupo controle dentro de uma mesma investigação para podermos ter uma base de comparação sobre os efeitos da terapia de tal maneira a conseguir evitar os confundidores.

Por isso, dependemos de investigações mais rigorosas que, nesse caso em especial, implica em buscarmos métodos de investigação mais qualificados do que aqueles utilizados em psicanálise. Isso de absolutamente nenhuma forma implica a exigência de um “quociente padrão, responsável por produzir um ordenamento biológico e, portanto, metrificável” [5] (p. 4); o estabelecimento de uma “concepção tradicional de ciência” [5] (p. 4); que o “critério de validade da ciência é uniforme e está subordinado ao teste empírico” [5] (p. 4); e nem mesmo que as teorias científicas precisam ter “como fator único ou principal a testagem de suas proposições” [5] (p. 7), como Oliveira tenta argumentar. Significa apenas que temos que buscar adotar os melhores métodos investigativos disponíveis, e eles precisam dar conta de contornar fatores de confusão, vieses cognitivos e metodológicos que impactam investigações empíricas.

Tudo isso nos leva ao fato de que não basta observar a melhora do paciente: temos que ter boas garantias que isso se deu devido à intervenção em questão, e precisamos de provas independentes a favor dos pressupostos teóricos defendidos. Os meios que nós temos atualmente de contornar esses anuladores de evidência dependem de pesquisas controladas, como por exemplo, ensaios clínicos randomizados (para o caso de intervenções). É isso que os tornam epistemicamente melhores para justificar intervenções em psicologia. Quando psicanalistas defendem casos clínicos como boas evidências, ou como o principal meio de justificação científica e pública da psicanálise [10], acabam por ignorar a existência de confundidores, vieses cognitivos e as limitações metodológicas desse tipo método, o que implica que não oferecem nem uma resposta satisfatória para o protagonismo desse delineamento, nem boas razões para acreditarmos em suas propostas.

3) A demarcação de pseudociências se resume à testagem

A divisão das seções do artigo original de Ferreira [2] se dá conforme os critérios da lista de multicritérios de demarcação de pseudociências [4]. Em cada uma das seções, são apresentados indícios de que a doutrina psicanalítica se encaixa nos mesmos. Ao comentar sobre a lista, Oliveira [4] diz:

“Não vamos repetir os sete critérios aqui. Todos eles envolvem de algum modo uma exigência de testagem que reaparece, como conceito, em mais de um dos critérios” [5] (p. 7, grifos nossos).

O autor, que declara não apresentar os critérios que são a base do artigo original [2] pois pensa que todos eles envolvem a exigência de testagem, sem trazer também justificativas para a respectiva asserção. Analisando a lista de multicritérios com cautela, não é difícil perceber que isso não reflete a realidade, ainda mais quando o termo "testagem" é tomado como sinônimo de "testagem empírica", como Oliveira [5] leva a entender. De forma a explicitar esse ponto, apresentamos novamente a lista de multicritérios:

- 1. Credo na autoridade:** É afirmado que alguma pessoa ou pessoas tem uma habilidade especial de determinar o que é verdadeiro ou falso. Os outros precisam aceitar seus juízos.
- 2. Experimentos não repetíveis:** A confiança é depositada em experimentos que não podem ser repetidos por outros com o mesmo resultado.
- 3. Exemplos escolhidos a dedo:** Exemplos escolhidos a dedo são usados apesar de não serem representativos da categoria geral à qual a investigação se refere.
- 4. Resistência à testagem:** Uma teoria não é testada apesar de ser possível fazê-lo.
- 5. Desdém por informações refutantes:** Observações ou experimentos que conflitam com a teoria são rejeitados.
- 6. Construída em subterfúgio:** A testagem de uma teoria é arranjada de tal maneira que a teoria possa apenas ser confirmada, e nunca desconfirmada, pelos seus resultados.
- 7. Explicações são abandonadas sem substituição:** Explicações sustentáveis são abandonadas sem serem substituídas, de forma que a nova teoria deixa muito mais coisas inexplicadas do que a anterior [4].
- 8. Obscurantismo:** Os conceitos teóricos ou afirmações de uma teoria possuem um significado inexistente ou nebuloso ao entendimento, o que permite a realização de mudanças arbitrárias, ou seja, sem que existam justificativas plausíveis para tal [2].

Não é difícil perceber, pela própria descrição dos itens "Credo na autoridade", "Exemplos escolhidos à dedo", "Explicações são abandonadas sem substituição" e "Obscurantismo" que eles não têm nenhuma conexão necessária com qualquer tipo de testagem empírica. Ainda assim, traremos exemplos do porquê isso é o caso, para cada um deles.

O que é enfatizado no critério do "Credo na autoridade" é a palavra ou imagem de determinadas figuras de referência ao invés da apresentação de boas provas. "Boas provas" não é sinônimo de "provas empíricas", nem "provas obtidas por testagem". Vemos um exemplo de falha no "credo na autoridade" até mesmo no artigo de Oliveira [5], quando é argumentado que a psicanálise é utilizada por determinados teóricos importantes, e que isso seria um indício de que ela não é uma pseudociência. Ora, não basta

apenas que determinados teóricos a adotem, mas sim as razões pelas quais isso deve ou não ser feito. Se a autoridade não possui boas razões para justificar a base teórica, o argumento de autoridade não está justificado à mesma.

Quanto a "Exemplos escolhidos à dedo", consideremos um indivíduo interessado em numismática, que declara que as moedas utilizadas durante determinado período histórico e em um certo país são bastante diferentes do que temos catalogado como referência atualmente. Como prova, apresenta determinadas moedas que de fato são diferenciadas, e ainda daquela respectiva época/localização, mas seleciona aquelas que possuem defeitos de fabricação em vez das que não os possuem. Novamente, não vemos nessa situação uma falha no tipo de testagem inspirada nos moldes das ciências da natureza.

Quanto a "Explicações são abandonadas sem substituição", podemos imaginar um contexto em que determinada doutrina filosófica é desenvolvida sobre a consideração moral humana. Essa doutrina acaba tendo a implicação de que pessoas mais habilidosas intelectualmente seriam mais merecedoras de consideração moral em comparação aos seus pares menos habilidosos. De forma a contornar esse problema, seus proponentes defendem o completo abandono do conceito de "inteligência", tratando-o como inapropriado. Entretanto, não conseguem mais explicar a diferença de desempenho cognitivo entre determinados indivíduos. Podemos observar que, mais uma vez, a falha deste caso não é a falta de testagem empírica, mas sim as más formulações teóricas.

Quanto a "Obscurantismo", podemos considerar um exemplo de determinado filósofo que acaba optando por produzir uma doutrina própria. Seus textos são recheados de frases sem valor de verdade e confusos. Ele se utiliza de conceitos propositalmente vagos e indefinidos, sem trazer qualquer contribuição relevante para lidar com os problemas filosóficos que ele se propõe a investigar. Novamente, não há aqui nenhum tipo de testagem empírica em jogo, mas ainda assim, temos um sinal de pseudociência.

Caso analisados de forma superficial, podem surgir algumas dúvidas quanto aos critérios "Experimentos não repetíveis", "Resistência à testagem", "Desdém por informações refutantes" ou "Construída em subterfúgio". Entretanto, eles não precisam ser interpretados como atrelados à testagem empírica quando adotados dentro de uma demarcação no sentido ampliado. Ofereceremos exemplos do porquê esse

Quanto ao critério “Experimentos não repetíveis”, considere o exemplo de uma linguista que está tentando decifrar o alfabeto de uma língua recém-descoberta, tendo ela acesso a um dos primeiros fragmentos de texto encontrados. Ela realiza então algumas tentativas de aplicar diferentes configurações de tradução possíveis, e avalia os resultados de cada uma delas, até chegar em uma que consegue de fato transformar tal fragmento em uma mensagem compreensível, o que dá origem a uma teoria sobre tal linguagem. Posteriormente, outras pesquisadoras tentam aplicar o sistema desenvolvido pela primeira linguista a diversos novos fragmentos da língua, mas não obtém sucesso em formular mensagens minimamente compreensíveis. Ainda assim, a primeira pesquisadora e seus simpatizantes continuam a pregar que seu sistema é confiável para a compreensão de tal língua pelo sucesso de tradução do primeiro fragmento. Esse é um tipo de “experimento” não repetível, mas no campo de uma das humanidades, e não das ciências da natureza.

Quanto ao critério “Resistência à testagem”, consideremos o caso de um historiador que cria uma doutrina histórica alternativa sobre os acontecimentos da Europa medieval, em que afirma que um evento como a peste negra nunca ocorreu. Para defender tal coisa, clama possuir diversos documentos referentes aos dados hospitalares e de saúde da população europeia da época. A partir disso, escreve livros e publica artigos sobre sua interpretação desses dados. Entretanto, quando seus pares solicitam acesso aos documentos e sugerem enviá-los a peritos para que tenham sua confiabilidade e adequação avaliadas, o historiador em questão se nega veementemente. Esse seria um exemplo de resistência à testagem fora das ciências da natureza.

O critério “Desdém com informações refutantes” se encaixa na situação hipotética em que um grupo de filósofos, interessados pelo pensamento de Aristóteles, decidem trazer à tona para os tempos modernos a discussão do pensador a respeito da escravidão. Tais filósofos começam a defender que seria permissível a existência da escravidão humana atualmente, e com isso, produzem materiais filosóficos e divulgam o pensamento Aristotélico sobre o tema. Entretanto, desconsideram todo o avanço feito pelas doutrinas éticas modernas a respeito das implicações morais de uma prática escravagista. Esses filósofos estão desconsiderando as informações refutantes que são oferecidas pelo desenvolvimento filosófico e social mais robusto que temos em nossa época.

Por fim, um sociólogo ou psicólogo pode criar uma doutrina que cai em “Construída em subterfúgio” quanto ao comportamento de homens e mulheres. De acordo com essa doutrina hipotética, mulheres seriam sujeitos sempre doces e delicados, e seus comportamentos iriam refletir tais características em todas as ocasiões. Ela também seria verdadeira para os homens, só que em vez de doces e delicados, eles seriam brutos e assertivos. Quando tal sociólogo/psicólogo se depara com um caso de uma mulher que realizou uma agressão física contra outro indivíduo, ou um homem que ofereceu carinho e cuidado a alguém, ele continua defendendo-a à mesma, mas apelando para justificativas espúrias: a mulher pode até ter agredido fisicamente outro alguém, mas ela fez o mesmo pois a ama e está cuidando da pessoa indiretamente, o que é uma manifestação de uma doçura interior; já o homem cuidou da enfermidade de outrem, mas esse cuidado foi realizado pois é sua função garantir a segurança de seus companheiros para que possam estar mais aptos a batalhar no futuro, e por fazer isso de forma objetiva e eficaz, essa seria uma expressão de sua brutalidade e assertividade interior. Deste modo, vemos um sinal de pseudociência presente mais uma vez em áreas comumente consideradas como sendo “ciências humanas”.

É possível perceber que todos os critérios da lista de multicritérios funcionam para muito além de uma adoção de procedimentos idênticos aos adotados durante os procedimentos de testagem dentro das ciências da natureza. Afirmar que a lista se reduz à testagem, como Oliveira [5] dá a entender, além de evitar fornecer justificativas e provas a respeito do mesmo, não faz jus à proposta demarcacionista de pseudociências no sentido ampliado.

4) Os críticos da psicanálise assumem uma teoria referencialista do significado

Outro ponto colocado em Oliveira [5] (p. 4) é que o artigo de Ferreira [2] pressupõe uma teoria referencialista do significado:

“(…) 2) Que a linguagem se reduz, no âmbito científico, à representação, isto é, **o artigo de Ferreira CMC se compromete com uma teoria referencialista do significado conforme a qual o significado de uma proposição está subordinado à possibilidade daquilo que ela assere poder representar um estado de coisas no mundo**, isto é, uma proposição. Como, por exemplo, “a água ferve a partir de 100 graus centígrados” só possui sentido porque o que ela assere pode ser verificado no mundo. A análise deste último ponto servirá de passagem à parte subsequente do artigo” [5] (p. 4, grifos nossos).

A ideia de que haveria um compromisso com uma teoria referencialista do significado no trabalho de Ferreira é equivocada. Ferreira [2] avaliou o status científico da psicanálise em seu artigo, o que difere de discutir sobre se afirmações psicanalíticas possuem significado semântico. Teorias sobre o significado semântico são teorias sobre a especificação dos significados das palavras e frases de algum sistema de símbolos [20]. Desse modo, levantam questões sobre se sabemos quais são as condições que fazem com que uma sequência de símbolos gramaticais forme palavras ou afirmações com significado. Por outro lado, teorias da demarcação são teorias que visam estabelecer critérios para elucidarmos e diferenciarmos as categorias de “ciência”, “pseudociência”, “não ciência”, “protociência” etc.

Oliveira [5] parece misturar ambas as discussões, levando a certos equívocos. Um exemplo disso é quando ele retrata Popper como um defensor de parte da teoria verificacionista do significado, recusando apenas a noção de confirmação, mas aceitando o critério de falseabilidade.

“De toda forma, **ele [Popper] mantém tanto a ideia de que a linguagem só tem sentido porque ela representa um estado de coisas no mundo**; isto é, Popper tanto inscreve a validade de uma proposição no campo semântico do referencialismo como mantém igualmente a tese de que a ciência se define por seu compromisso com a experiência ou com as evidências empíricas” [5] (p. 5, grifos nossos).

O verificacionismo ou mesmo o referencialismo são teorias sobre o significado de afirmações e não teorias sobre o que se constitui ou não como científico. Tanto a teoria verificacionista quanto o referencialismo aceitariam que existe uma ampla gama de afirmações com significado que não são científicas. Por exemplo: a afirmação “Joe Biden vive nos Estados Unidos” é certamente verificável, mas isso não torna tal afirmação científica. Pode-se criar um critério de demarcação inspirado na teoria verificacionista, mas o próprio verificacionismo não é uma teoria de demarcação de ciência.

Da mesma maneira, o fato de Popper [3] ter estabelecido o critério da falseabilidade não o torna dependente do referencialismo. Por mais que, em Popper, haja necessidade de que uma teoria científica seja falseada empiricamente para ser científica, afirmações não falseáveis não são afirmações sem sentido, apenas não são afirmações científicas. Popper não estabeleceu um critério do significado por meio da falseabilidade. Como afirma Popper [3]:

“(...) **se uma teoria passa a ser considerada não científica, ou metafísica,**

nem por isso será definida como absurda ou sem sentido. Mas não se poderá afirmar que esteja sustentada por evidência empírica (na acepção científica), embora possa facilmente ser um resultado da observação em sentido lato. (...) Assim, **o problema que eu procurava resolver propondo um critério de refutabilidade não se relacionava com o sentido ou significado, a veracidade ou a aceitabilidade.** Tratava-se de traçar uma linha (da melhor maneira possível) entre as afirmações, ou sistemas de afirmações, das ciências empíricas e todas as outras afirmações, de caráter religioso, metafísico ou simplesmente pseudocientífico” [3] (p. 38, grifos nossos).

O mesmo problema que está presente na forma que Oliveira [5] retrata Popper parece ocorrer ao apresentar a teoria de Hansson [4]. Em nenhum momento Hansson está a dizer que afirmações teóricas não confiáveis sejam, em todos os casos, sem sentido, e isso também não está presente na argumentação de Ferreira [2]. Afirmações psicanalíticas certamente podem ter significado e referência (mesmo que a referência vise ser a de ficções úteis), porém essa é uma condição ainda insuficiente para julgar uma afirmação como sendo científica, tal como já exemplificamos. O problema central da cientificidade da psicanálise é que não temos boas razões para sustentar seus postulados teóricos. Temos indícios de que a doutrina está repleta de defeitos teóricos e esses defeitos vão muito além da mera capacidade de testarmos suas afirmações. Isso foi detalhadamente demonstrado por meio da lista de multicritérios em Ferreira [2].

De toda forma, o artigo de Oliveira [5] parece levar à ideia de que o julgamento de que a psicanálise não é científica depende da alegação de que seus termos teóricos não possuem referentes que podem ser observados no mundo. Seria como se dependêssemos de observar empiricamente o inconsciente psicodinâmico e demais conceitos psicanalíticos para a teoria ter validação científica. Essa acusação também não procede. O problema com relação aos postulados teóricos da psicanálise não é propriamente que não podemos observá-los.

Nada disso depende de uma teoria do significado “referencialista” [5] (p. 14), “pictórica” (p. 14), “expressivista” (p. 15) ou de “referência direta” (p. 9) para ser postulada. Pode-se até mesmo negar que existam fatos sobre os significados das expressões linguísticas. Isso porque não é exclusivamente o significado que está em jogo, mas sim a confiabilidade das teorias. Certamente que, se uma teoria for constituída de um conjunto de afirmações sem sentido, esse já seria um forte indício de que ela não seria confiável e é provável que seja pseudocientífica, como foi discutido na seção “Obscurantismo” de Ferreira [2]. Contudo, não é preciso que se

5) Todas as proposições da psicanálise precisam ser testadas

Oliveira [5] alega que o artigo de Ferreira [2] exige que todas as proposições da psicanálise, ou a maioria delas, sejam testadas. Em sua visão, isso partiria de uma concepção popperiana de ciência e, a partir disso, mobiliza Quine para argumentar contra essa ideia.

“Dessa forma, a recorrente exigência de que todas as proposições da psicanálise sejam testadas (isso percorre todo o texto de Ferreira CMC e está presente em quase todas as páginas) ou que a maior parte delas passe por um teste empírico, esbarra num limite no interior da ciência porque desconhece aquilo que Quine chamou de caráter holístico das teorias científicas. Isto é, nem todas as proposições da ciência confrontam a experiência. Na verdade, apenas uma parte é passível de evidências empíricas. A menor parte. E isso de modo nenhum torna uma teoria menos científica” [5] (p. 6, grifos nossos).

Tanto a interpretação de que o holismo é desconsiderado na concepção demarcacionista em questão quanto a interpretação de que Ferreira [2] argumenta que todas as proposições da psicanálise sejam testadas não parecem proceder. Quine defende que toda evidência que a ciência dispõe são evidências empíricas e que até mesmo nossa atribuição de significado está apoiada na experiência sensorial [21] (p. 75). Porém, diferentemente de Popper e dos empiristas lógicos, Quine [22] não pensa que as hipóteses científicas são testadas de maneira isolada. Em sua visão, a maior parte do conteúdo empírico de uma proposição na ciência advém de uma integração da totalidade da rede teórica, não sendo necessário que para cada proposição científica haja uma evidência direta que a comprove individualmente. Como alega Quine [22]:

“Minha contraproposta, que se origina essencialmente da doutrina sobre o mundo físico de Carnap no Aufbau, é que **nossas afirmações sobre o mundo externo precisam encarar o tribunal das experiências sensoriais não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” [22] (p. 58, tradução nossa, grifos nossos).**

Ora, a concepção de ciência de Hansson [4] não exige que haja testes individuais das proposições teóricas. O importante é que elas estejam adequadamente justificadas, mesmo que sua justificação ocorra de maneira indireta em função da sua centralidade na rede teórica. Porém, vale ressaltar que o conceito “testável” em Quine [22] se reduz ao teste empírico, o que não ocorre para Hansson. Em um sentido ampliado de ciência, ser testável pode englobar testes não empíricos também, como

experimentos mentais ou mesmo avaliações que recorram a ferramentas formais. Além disso, a lista de multicritérios apresentada não limita a produção de evidências à testagem. Os resultados de uma testagem são apenas uma forma pela qual podemos justificar proposições teóricas, mas o mesmo pode ser feito com, por exemplo, pesquisas exploratórias ou inferências da melhor explicação. A questão central é que se tenha afirmações teóricas adequadamente justificadas utilizando os melhores métodos para justificar aquela questão em particular.

Mas será que dependemos da ideia de que todas as proposições da psicanálise precisam ser testadas para serem científicas? A resposta é que esse critério não é condição suficiente e nem mesmo uma condição necessária para classificar doutrinas como científicas. Veja que algo ser meramente testável não nos diz muita coisa. Por exemplo, é possível defender que as proposições da astrologia sejam testáveis, mas disso não se segue que ela é científica pelo mero fato de ser testável. Se ela falha nos testes e seus proponentes mantêm a impressão de confiabilidade, continua sendo uma pseudociência. Sendo assim, o mero fato de ter sido testado ainda não pode ser suficiente para demarcar a ciência. Da mesma forma, esse critério não é uma condição necessária, pois uma hipótese não ser testável não significa que ela não possa ser justificada. Por exemplo, em situações em que ela é importante dentro de uma rede teórica e é apoiada por outras hipóteses que foram confirmadas, a confirmação da hipótese não testável pode ocorrer de maneira indireta.

Com relação à psicanálise, seu problema não é unicamente o fato de que algumas de suas proposições não podem ser testadas, mas sim que não temos boas evidências para sustentar suas afirmações. Os postulados teóricos psicanalíticos não são adequadamente confirmados nem de forma direta, por meio de testes e demais formas de produção de evidências, nem de forma indireta, pela rede teórica da qual fazem parte [11]. Dessa forma, independentemente de comprarmos a tese Duhem-Quine sobre o caráter holístico das teorias científicas, isso não muda a conclusão de que não há boas razões a favor da psicanálise.

6) A psicanálise é utilizada por diversos campos do conhecimento

Oliveira [5] comenta sobre o argumento — proposto em Ferreira [2] — sobre a cientificidade de uma doutrina independe de sua presença em ambientes universitários com a seguinte colocação:

(...) não se segue a cientificidade da psicanálise pelo fato de ela ser um

instrumento usado em diversas áreas do conhecimento, mas apenas que imaginemos que há um engodo generalizado. **É difícil não reconhecer que isso é um indicativo de que não trata simplesmente de uma pseudociência**, e vamos argumentar agora por quê [5] (p. 11, grifos nossos).

A partir disso, Oliveira [5] argumenta que a psicanálise também pode se enraizar nas ciências sociais, fazendo uma aproximação entre ambas, pela primeira ser capaz de fornecer explicações sobre arranjos psíquicos culturais. Comenta também sobre seu uso para explicar afetos, atitudes humanas e relações de poder. Menciona a tentativa de associação da mesma com as neurociências. E, além disso, que autores importantes a utilizam em suas obras. De acordo com Oliveira, as ciências sociais utilizam a psicanálise sem que isso prejudique sua cientificidade; entretanto, o autor não apresenta indícios da inexistência desse prejuízo ao longo de seu texto.

O problema é que, quando alguém usa psicanálise, já está pressupondo que os postulados psicanalíticos estão corretos, e por isso os utiliza para interpretar ou teorizar sobre determinados fenômenos. Isso pode ser feito não só com psicanálise, mas com praticamente toda e qualquer teoria e doutrina, mesmo as mais duvidosas. Por exemplo: poderíamos discorrer sobre a personalidade de grandes figuras históricas recorrendo à astrologia. Também poderíamos teorizar sobre o dolo de réus de assassinatos em julgamentos de tribunal recorrendo à mediunidade para supostamente conversar com as vítimas. Porém, o mero fato de estarmos usando-as para lidar com as mais diversas questões não significa que o que estamos assumindo para executar tais interpretações seja realmente adequado.

No caso da psicanálise, podemos utilizar a aplicação que Maarten Boudry [23] faz do conceito de "buraco negro epistêmico" à doutrina psicanalítica para compreender a situação dos seus recorrentes usos: após assumir seus pressupostos, um adepto pode ter dificuldades de enxergar perspectivas que não pressuponham a própria teoria de antemão, e, ao mesmo tempo, não perceber que foi sugado para dentro do buraco negro. Oliveira [5] assume, de antemão, que a psicanálise faz afirmações confiáveis sobre seus objetos de estudos e que consegue legitimamente auxiliar outros campos do conhecimento a produzirem afirmações confiáveis, sem que em nenhum momento seja colocado qualquer tipo de questionamento metateórico em causa. É possível que isso tenha ligação com o funcionamento da própria doutrina psicanalítica: como argumenta Boudry, quando um adepto passa a considerá-la verdadeira, todo tipo de fenômeno

aparenta trazer mais e mais confirmações para suas alegações, e se torna cada vez mais difícil um desvencilhamento das crenças que o atrelam à mesma.

O problema é similar ao que já foi discutido anteriormente: antes de aceitarmos que a psicanálise fornece boas explicações para fenômenos culturais, psíquicos, relacionais, neurocientíficos, comportamentais ou outros, precisamos questionar se temos boas evidências para pensarmos que são explicações adequadas. Deste modo, o mero uso da psicanálise por “teóricos importantes” ou a possibilidade de interpretar fenômenos de interesse a partir de sua ótica não são bons argumentos para dizer que ela não é pseudocientífica, ou que seu uso não apresenta prejuízo para a cientificidade de teorias. Como já foi argumentado em Ferreira [2], Ferreira et al. [11] e Paris [24], a psicanálise não apresenta boas provas nem de seus principais conceitos teóricos, e nem sobre suas intervenções psicoterápicas. Caso haja intenção de rebater os argumentos expostos em Ferreira [2], seria necessário trazer evidências que façam um contraponto aos mesmos, e não meramente afirmar sobre o uso da psicanálise; mas isso não foi feito por Oliveira [5].

7) A psicanálise não busca ser uma ciência

De acordo com Oliveira [5], “se não pretende ser uma ciência, a psicanálise não poderia ser considerada uma pseudociência” (p. 3). Inclusive, esse é colocado como um dos objetivos de seu artigo desde o próprio resumo (apesar de a argumentação sobre esse ponto não parecer ter sido desenvolvida ao longo do texto): já que a psicanálise não busca mais o status de ciência, Oliveira coloca como objetivo demonstrar, a partir disso, que tal situação a afasta do status de uma pseudociência. Pretendemos defender que isso, assim como a argumentação exposta sobre o papel das ciências naturais, consiste em uma má compreensão da proposta de demarcação utilizada em Ferreira [2] e Hansson [4]. Como já havia sido dito no artigo original:

Também é importante notar que não é preciso que os psicanalistas clamem que a psicanálise seja uma ciência; certamente, parte da comunidade concorda e outra discorda dessa afirmação, mas **o que é explicitamente dito sobre a cientificidade não tem relevância**. Se uma doutrina se comporta como se fosse uma ciência — ou seja, se a postura de seus proponentes implica que as afirmações da doutrina sobre o mundo são as mais confiáveis sobre seu objeto de estudos — **independente de dizer explicitamente ser uma ciência ou não, ela já está qualificada para ser julgada pelos critérios de demarcação** [2] (p. 8, grifos nossos).

Não há absolutamente nenhuma necessidade de que os proponentes de uma determinada doutrina digam com todas as palavras que ela é científica. Pelo contrário: existem ocasiões em que dizer que ela se distancia da ciência pode servir até mesmo de estratégia retórica; estratégia essa que já pode ser vista sendo adotada por psicanalistas, como foi exposto na seção “resistência à testagem” em Ferreira [2]. Por exemplo, pode ser dito que a ciência é positivista ou que desconsidera a subjetividade, e apresentar a psicanálise como uma alternativa. Ainda assim, o alvo que está por detrás do conceito de ciência se mantém: suas explicações seriam tanto quanto ou mais confiáveis que as alternativas “científicas”. Caso os psicanalistas não acreditassem que a psicanálise fornece afirmações confiáveis sobre seus objetos de estudos, não teriam razões para acreditar na mesma e defendê-la.

Deste modo, é importante a atenção para os conceitos de “ciência” e “pseudociência” não como meros rótulos vazios, em relação aos quais só nos preocupamos em tabelar categorias; mas sim como maneiras de expressar certas virtudes ou vícios teóricos. Isso se torna mais claro com um experimento mental: imaginemos que todos os proponentes de pseudociências levassem em conta que a demarcação de pseudociências se dá pelo critério de os proponentes de pseudociências defenderem que, para que uma doutrina seja classificada como pseudociência, seus proponentes devem explicitamente afirmar que ela seja uma ciência, mesmo que não seja. Ora, bastaria que a partir do dia seguinte eles simplesmente cessassem de chamar suas doutrinas de “científicas”, enquanto continuassem praticando, pregando e acreditando exatamente no mesmo que já faziam no dia anterior. A impressão de confiabilidade permaneceria, enquanto não haveria mais razões para taxá-las de pseudociências, pois não haveria uma declaração explícita de que elas são ciências.

Contudo, o uso do conceito “pseudociência” acaba por perder o seu principal alvo: classificar certas teorias, doutrinas ou práticas que são mal embasadas, mas que passam a impressão de que são bem embasadas. Autodeclarar-se como científico é apenas uma maneira de levar a esse engano, porém a atitude de tratar seus postulados teóricos como confiáveis é a forma mais central de produzir tal impressão. Além disso, os danos provenientes das crenças em pseudociências e das práticas embasadas em tais crenças são um dos fatores centrais que motivam a criação de teorias da demarcação. Sendo assim, existe uma demanda ética por trás do uso do conceito. Deste modo, o argumento de que psicanalistas não defendem que

a psicanálise é ciência (o que já é uma asserção, por si só, controversa) não é adequado para sustentar que ela não seja classificada como pseudociência diante do real alvo do conceito "pseudociência".

8) A psicanálise muda com o tempo

Um dos aspectos levantados por Oliveira [5] para diferenciar a psicanálise de outras pseudociências é a modificação da doutrina ao longo do tempo. De acordo com o autor, "as teorias psicanalíticas seguem, diferentemente de uma pseudociência, modificando-se, de acordo com as demandas da clínica" [5] (p. 9). Argumenta também que "(...) pseudociências que se estruturam como doutrinas (...) não encontram razões para serem alteradas ao longo da História" (p. 10). Entretanto, mais uma vez, tal argumento não é compatível com aquilo que foi defendido em Ferreira [2]. Como já havia sido exposto:

No caso da psicanálise, certas coisas mudaram dos tempos de Freud para os dias atuais, mas além de não terem sido muitas, também **não foram adotadas frente ao surgimento de boas evidências**. As grandes teorias da psicanálise contemporânea continuam sem passar por testes empíricos, evidenciando que as mudanças foram arbitrárias, e provavelmente visavam apenas adaptar-se ao meio cultural da época. Um exemplo desse tipo de ocorrido é a alteração do status patológico da orientação sexual de gays e lésbicas, bem como a questão da inveja do pênis. **Uma teoria supostamente evoluir e mudar os seus conceitos ao longo do tempo só é um mérito se a mudança for feita com base em boas evidências, e não apenas por influências culturais; afinal, até mesmo os movimentos religiosos mudam suas explicações sobre o mundo ao longo dos séculos, e isso não contribui para torná-los científicos** [2] (p. 24, grifos nossos).

A afirmação de Oliveira [5] de que pseudociências não sofrem alterações ao longo do tempo parece ser incorreta; doutrinas pseudocientíficas que são capazes de se adaptar ao meio cultural de sua época têm maiores chances de manter-se influentes. Novamente, é imprescindível retomar o questionamento metateórico: não basta que a psicanálise se altere ao longo da história para que isso a exima do status de pseudociência, mas sim que, caso seja alterada, que seus proponentes o façam porque existem boas razões a favor de tal alteração, em vez de meramente devido a pressões sociais ou influências das suas próprias experiências pessoais, como ocorreu até agora [25].

9) Existem outras teorias possíveis

Oliveira [5] argumenta que a crítica feita à psicanálise desconsidera outras

"epistemologias". Inclusive, o autor comenta que tem como objetivo demonstrar isso:

"(...) Pretendo demonstrar um déficit epistemológico com qual opera o **artigo de Ferreira CMC, posto que ele não dialoga com outras literaturas epistemológicas**, em cujo centro estão outros critérios de validade para a cientificidade de um conhecimento" [5] (p. 3, grifos nossos)

O mero fato de existirem outras teorias e métodos de investigação sobre/para um mesmo objeto de estudos é trivial, e não é um argumento por si só relevante para derrubar a crítica feita à psicanálise em Ferreira [2]. Existem diferentes perspectivas sobre praticamente todo tipo de opinião; diferentes posições políticas, preferências pessoais, teóricas, práticas etc. A questão é anterior e metateórica: quais as justificativas que temos para adotar ou abandonar cada uma dessas opiniões? Qual a qualidade e embasamento de tais justificativas? Qual das posições existentes tem a maior chance de ser verdadeira? Isso que está em causa na discussão. Enquanto não tivermos respostas sobre tais questões, constatar que há diferentes posições no debate não nos diz muita coisa.

Apesar de colocar este como um de seus grandes objetivos, Oliveira [5] não parece apresentar os alegados critérios de cientificidade alternativos em seu artigo. Sem a apresentação de qual seria a alternativa, torna-se difícil dar maior relevância ao argumento. Para exigir diferentes "epistemologias", ele retoma a acusação de popperianismo e foco exclusivo em ciências naturais, o que, como já foi respondido ao longo deste artigo, constitui um pedido despropositado, já que não são esses os pressupostos assumidos em Ferreira [2].

"(...) **fica claro que a exigência de subordinar a validade da psicanálise à metodologia das ciências duras** ou, nas palavras da autora, 'às metodologias empíricas e sistemáticas' (1, p. 15) **desconhece as diversas formas de ofertar bases epistemológicas para as ciências de modo geral**, assim como mostra desconhecer outras teorias da linguagem que podem conferir validade às proposições ou afirmações da psicanálise. **O ponto é que a epistemologia não reduz a variações do modelo popperiano**" [5] (p. 9-10, grifos nossos).

Com esse trecho, Oliveira [5] finaliza a primeira seção de seu artigo, e promete uma discussão: "é importante discutir agora a psicanálise sob novas bases epistêmicas" [5] (p. 10). Entretanto, logo no início da segunda seção, trata como se o assunto já estivesse por encerrado: "Na seção anterior, mostramos que o modelo adotado por Ferreira CMC não é o único para se definir o que é ciência, muito menos o que seria pseudociência" [5]

(p. 10). Na realidade, não é possível localizar uma discussão sobre uma proposta alternativa de demarcação de ciência e pseudociência à adotada em Ferreira [2], nem mesmo uma justificativa do porquê uma perspectiva ampliada de ciência (como a adotada por Ferreira) seria inadequada, ao longo do artigo de Oliveira [5]. Deste modo, continua em aberto a quais outras “epistemologias alternativas” é feita a referência.

10) A psicanálise não está contrária à ciência

Oliveira [5] tenta argumentar que não há uma postura contrária à ciência dentro da psicanálise. Pelo contrário: haveria inclusive aproximações entre ciência e psicanálise. O autor diz:

“Primeiramente, as teorias psicanalíticas, em seus variados paradigmas, não apelam a nenhuma instância transcendental nem se inscrevem num conjunto de crenças que pretende substituir evidências científicas. É nesse contexto que **a clínica psicanalítica não exclui, nem muito menos tenciona retirar a importância de outras ciências que trabalham os conflitos psíquicos num registro mais próximo da testabilidade como, por exemplo, a psiquiatria. Ou seja, a clínica psicanalítica não oferece um cuidado contrário a outras formas de cuidado com a saúde mental**, nem pretende ser a única chave de acesso à elaboração dos nossos sofrimentos” [5] (p. 14, grifos nossos).

Com isso, complementa:

“Essas ressalvas são importantes para mostrar que **a psicanálise não se outorga uma especialidade de saber que é contrária ao conhecimento científico vigente**. Como mostramos, ela é usada nas teorias sociais e ainda **existem estudos que tentam associar a psicanálise às neurociências**” [5] (p. 14, grifos nossos).

Tais afirmações desconsideram completamente o que foi apresentado em Ferreira [2], especialmente o que foi discutido nas seções “exemplos escolhidos à dedo”, “resistência à testagem” e “desdém com informações refutantes”, em que provas a respeito da posição anticientífica de diversos proponentes da psicanálise foram apresentadas, bem como problematizados os estudos de neuropsicanálise e diversas noções psicanalíticas incompatíveis com o conhecimento científico. Podemos observar psicanalistas dizendo de forma explícita que a psicanálise se coloca como um obstáculo a tratamentos respaldados pela ciência [26]. Não cabe aos propósitos deste artigo apresentar novamente cada uma das provas; entretanto, trazemos como exemplo a do artigo intitulado “Reintroduzindo o sintoma: a psicanálise como obstáculo à cientificização do tratamento psíquico”, já exposta anteriormente em Ferreira [2]:

“O que podemos constatar na contemporaneidade, é que muitos profissionais do campo psi quando se deparam com o sintoma apresentado pelo sujeito, buscam aniquilá-lo, não se atendo à dimensão ética pela qual o sintoma se manifesta. Isso significa que **as vastas propostas psicoterápicas contemporâneas que anunciam ao mundo um modo de tratamento cada vez mais respaldado pela ciência**, além da atual proposta no campo da saúde mental que joga insistentemente com a possibilidade de definir uma norma comum, **não se comprometem com a experiência que a psicanálise revela (...). Veremos que a psicanálise se coloca como um obstáculo à esta atitude psicológica e médica**” [26](p. 242, grifos nossos).

Não apenas isso, mas a fala de Oliveira [5] pode ser contestada com uma declaração feita pela própria Associação Psicanalítica Internacional (IPA). A própria Associação reconhece que, com ênfase ao contexto psicanalítico latino-americano, “às vezes, há uma agressividade nítida em direção às ideias que vêm de campos de pesquisa empírica” [27] (p. 37). Não parece ser justificado, portanto, afirmar que a psicanálise não se coloca como contrária à ciência.

Conclusão

Oliveira [5] afirmou que seu artigo tinha como objetivo (1) “apresentar uma crítica ao artigo de Ferreira CMC” (p. 3) e (2) indicar outra base epistêmica para a psicanálise (p. 3). O autor afirmou que mostraria que o artigo de Ferreira [2] não dialoga com outras literaturas, e que a psicanálise não pretende ser uma ciência (o que implicaria não ser pseudocientífica). Prometeu também deixar evidentes as lacunas com relação à suposta adoção da “concepção tradicional de ciência” de Ferreira [2], e provar que a validade da psicanálise não se atrela a bases semelhantes às das ciências naturais. Ao considerar o que foi apresentado ao longo deste trabalho, podemos afirmar que o artigo de Oliveira [5] não parece ter tido êxito em sua argumentação.

Ao tratar o artigo de Ferreira [2], que assume uma concepção ampliada de ciência, como se se restringisse exclusivamente às ciências naturais, Oliveira [5] não atinge o principal alvo de sua crítica. O autor parece desconsiderar também diversos pontos que, apesar de apontados como novos contra-argumentos em seu texto, já haviam sido abordados e respondidos por Ferreira. Também não parece levar em consideração os questionamentos metateóricos, que são o mais central no debate acerca da cientificidade da psicanálise. Deste modo, acreditamos que a conclusão sugerida por Ferreira ainda se mantém: há boas razões para se pensar que

a psicanálise é uma pseudociência.

Agradecimentos

Agradecemos a Loren Beiram pelo auxílio na tradução do título, resumo e palavras-chave para o espanhol, e a Tiago Carneiro da Silva, pelo trabalho de revisão da versão final.

Referências

1. Fontes FF. A crítica à psicanálise: um capítulo censurado. *Psicologia em Revista*. 2014;20(3):446-459
<https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2014V20N3P446>
2. Ferreira CMC. Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina utilizando uma lista de multicritérios. *Debates em Psiquiatria*. 2021;11:1-33.
<https://doi.org/10.25118/2763-9037.2021.v11.58>
3. Popper K. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. London: Routledge; 2002.
4. Hansson SO. Definindo pseudociência e ciência. *Crítica na Rede*. 2021. <https://criticanarede.com/pseudociencia.html>
5. Oliveira EAM. Por que a psicanálise não é uma pseudociência? Sobre as novas bases epistemológicas da psicanálise. *Debates em Psiquiatria*. 2022;12:1-19.
<https://doi.org/10.25118/2763-9037.2022.v12.283>
6. Newton-Smith WH. *The rationality of science*. London: Routledge; 2003. <https://doi.org/10.4324/9780203046159>
7. Murcho D. O que é a filosofia? *Crítica na Rede*. 2015. <https://criticanarede.com/oqueeafilosofia.html>
8. American Psychological Association. *Psychology*. APA Dictionary of Psychology.
<https://dictionary.apa.org/psychology>

9. Laplanche J, Pontalis JB. Vocabulário da psicanálise. P. Tamen, Trad. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1986.
10. Dunker CIL. Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume; 2011.
11. Ferreira CMC, Andrade VD, Pereira TM, Rodrigues JPP, Oliveira VF, Peixoto CB, Fretta GC. (2022). Psicanálise Funciona? Avaliando a Prova Cabal de Christian Dunker. <https://doi.org/10.31234/osf.io/aevt7>
12. Leonardi JL, Meyer SB. Prática baseada em evidências em psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. Psicologia: Ciência e Profissão. 2015;35(4): 1139-1156. <https://doi.org/gmfjqf>
13. Myers DG, DeWall CN. Psychology. 12th ed. New York: Worth Publishers, 2018.
14. Pourhoseingholi MA, Baghestani AR, Vahedi M. How to control confounding effects by statistical analysis. Gastroenterology and Hepatology from Bed to Bench. 2012;5(2):79-83. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4017459/?report=classic>
15. Herbert R, Jamtvedt G, Hagen KB, Mead J. Practical Evidence-Based Physiotherapy. 2nd. ed. London: Elsevier Churchill Livingstone; 2011. <https://doi.org/10.1016/C2009-0-61794-3> - PMID:21261810
16. Triola MF. Introdução à estatística. 12nd. ed. Rio de Janeiro: LTC. Livros Técnicos e Científicos: 2017.

17. Kahneman, D. Thinking, fast and slow. New York: Farrar Strausand Giroux; 2011.
18. Walfish S, McAlister B, O'Donnell P, Lambert MJ. An investigation of self-assessment bias in mental health providers. Psychological Reports. 2012;110(2):639-644.
<https://doi.org/10.2466/02.07.17.pr0.110.2.639-644>
PMid:22662416
19. Lilienfeld SO, McKay D, Hollon SD. Why randomised controlled trials of psychological treatments are still essential. The Lancet Psychiatry. 2018;5(7):536-538.
[https://doi.org/10.1016/s2215-0366\(18\)30045-2](https://doi.org/10.1016/s2215-0366(18)30045-2) -
PMid:29602738
20. Michaelson E, Marga R. Reference. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Stanford, CA: Stanford University; 2022.
<https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/reference/>
21. Araújo MRA. Holismo e testabilidade de teorias científicas: uma análise da tese Duhem-Quine (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás. 2005.
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5930>
22. Quine WVO. Two dogmas of empiricism. In: Harding SG (Ed.). Can theories be refuted? Essays on the Duhem-Quine Thesis (Vol. 81, Ser. Synthese Library, p. 41-64). Ensaio, Springer Dordrecht;1976. https://doi.org/10.1007/978-94-010-1863-0_2
23. Boudry M. Pseudoscience and epistemic black holes: the curious case of psychoanalysis [gravação de palestra]. 1º Congresso Brasileiro de Psicologia Baseada em Evidências, Brasil.

2022. <https://abpbe.org/congressoapbe/>

24. Paris J. An evidence-based critique of contemporary psychoanalysis: research, theory, and clinical practice. Abingdon: Routledge; 2019.
<https://doi.org/10.4324/9780429020674>

25. Cioffi F. Pseudoscience: the case of Freud's sexual etiology of the neuroses. In: Pigliucci M, Boudry M. (Eds.). Philosophy of pseudoscience: reconsidering the demarcation problem. p. 321-340. Chicago: The University of Chicago Press; 2013.
<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226051826.003.0018>

26. Neves TI, Lopes AM, Moraes TC. Reintroduzindo o sintoma: a psicanálise como obstáculo à cientificização do tratamento psíquico. Estudos e Pesquisas em Psicologia. 2013;13(1):237-253. <https://doi.org/10.12957/epp.2013.7934>

27. Bernardi R, Fonagy P, Kächele H, Leuzinger-Bohleber M, Scarfone D. An open door review of outcome and process studies in psychoanalysis. 3rd ed. London: International Psychoanalytical Association; 2015. 409 p.
https://www.ipa.world/ipa/IPA_Docs/Open%20Door%20Review%20III.pdf